



ACÓRDÃO Nº1906/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12441/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Waldir Nunes de Siqueira (Ordenador de Despesa), Rosiene Bentes Lobo (Ordenador de Despesa) e Julia Graziela Mar Lisboa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ramakris Elessondres - OAB/AM 9755
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4105/2023-MPC/RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas da Maternidade Ana Braga, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade da **Sra. Julia Graziela Mar Lisboa**, Gestora da Maternidade, no período de 18/09/2021 a 31/12/2021, com fundamento no art. 22, inciso II e art. 24, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** as contas da Maternidade Ana Braga, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade da **Sra. Rosiene Bentes Lobo**, Ordenadora de Despesas da Maternidade, no período de 01/01/2021 a 17/09/2021, com fundamento no art. 22, inciso II e art. 24, da Lei nº 2.423/96;
- 10.3. **Julgar irregular** as contas da Maternidade Ana Braga, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade **Sr. Waldir Nunes de Siqueira**, Ordenador de Despesas da Maternidade, no período de 18/09/2021 a 31/12/2021, com fundamento no art. 22, inciso III, da



ACÓRDÃO Nº1906/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Lei nº 2.423/96;

- 10.4. Aplicar multa ao Sr. Waldir Nunes de Siqueira**, Ordenador de Despesas da Maternidade, no período de 18/09/2021 a 31/12/2021, com base no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, pelas impropriedades não sanadas conforme fundamentado nos achados de auditoria nº 01, 02, 03, 04 e 05 da presente peça técnica, no valor de **R\$ 13.654,40** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.5. Determinar** que as próximas Comissões de Inspeção observem se há reincidência na impropriedade 04, ou seja, se os sistemas AJURI e AFI já se encontram integrados;
- 10.6. Dar ciência à Sra. Rosiene Bentes Lobo**, Ex-Ordenadora de Despesas da Maternidade Ana Braga, à **Sra. Julia Graziela Mar Lisboa**, Gestora da Maternidade Ana Braga, ao **Sr. Waldir Nunes Siqueira**, Ex-Ordenador da Maternidade Ana Braga, ao **Sr. Aláno Grana de Menezes**, Contador da Maternidade de Ana Braga e demais interessados.
- 10.7. Arquivar** os autos, nos termos regimentais, após cumpridas as



ACÓRDÃO Nº1906/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

determinações.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Setembro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- Não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral